

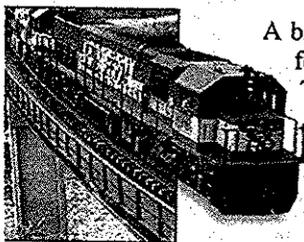
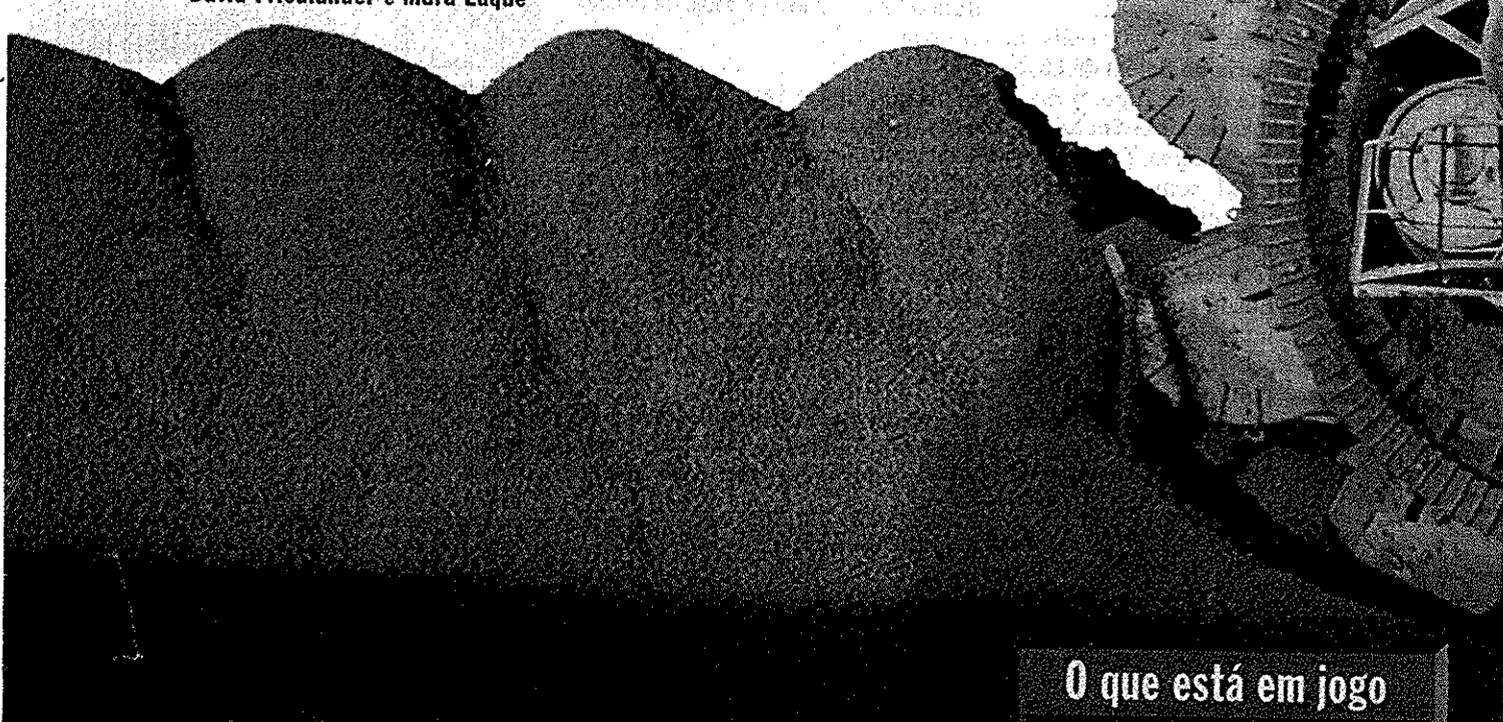
veja  
30/14/97  
-93 100a 114

**Economia e Negócios**

# LEILÃO DA PESADA

O poder e a riqueza que estão em jogo na privatização da Vale do Rio Doce

David Friedlander e Mara Luque



A briga começou e será feia. O Partido dos Trabalhadores marcou uma passeata em Copacabana para este domingo. Na segunda-feira, uma multidão começará

a acampar na frente da

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para protestar. Entidades com atuação política, como a Ordem dos Advogados do Brasil, os bispos da CNBB, os procuradores do Ministério Público Federal e até o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, também estão alinhadas no pelotão de combate. O que todos esses grupos querem é impedir o leilão da estatal Vale do Rio Doce. Nas últimas semanas, cerca de setenta ações judiciais foram esparrramadas pelos tribunais dos nove Estados em que a Vale tem negócios, com o

objetivo de impedir o leilão na última hora. Disposto ao contra-ataque, o BNDES mobilizou 120 advogados e alugou quatro jatinhos para desarmar liminares até o último minuto antes da batida do martelo. Até a noite de sexta-feira, duas ações conseguiram criar embaraços para a realização do leilão, mas, se o BNDES conseguir neutralizar iniciativas como essas, a Vale terá um dono do setor privado na tarde da próxima terça-feira.

Nenhuma das 52 privatizações de estatais já realizadas no Brasil ganhou a ressonância política e ideológica obtida pelo leilão da Vale do Rio Doce, uma empresa eficiente, lucrativa e gigantesca. Desde que a Petrobrás, rainha das estatais, ficou fora da arena da privatização por imposição constitucional, a Vale se transformou na grande bandeira tanto do governo, que quer vendê-la, quanto dos grupos oposicio-

## O que está em jogo

A Vale é a maior exportadora de minério de ferro do mundo

Tem a maior produção de ouro da América Latina

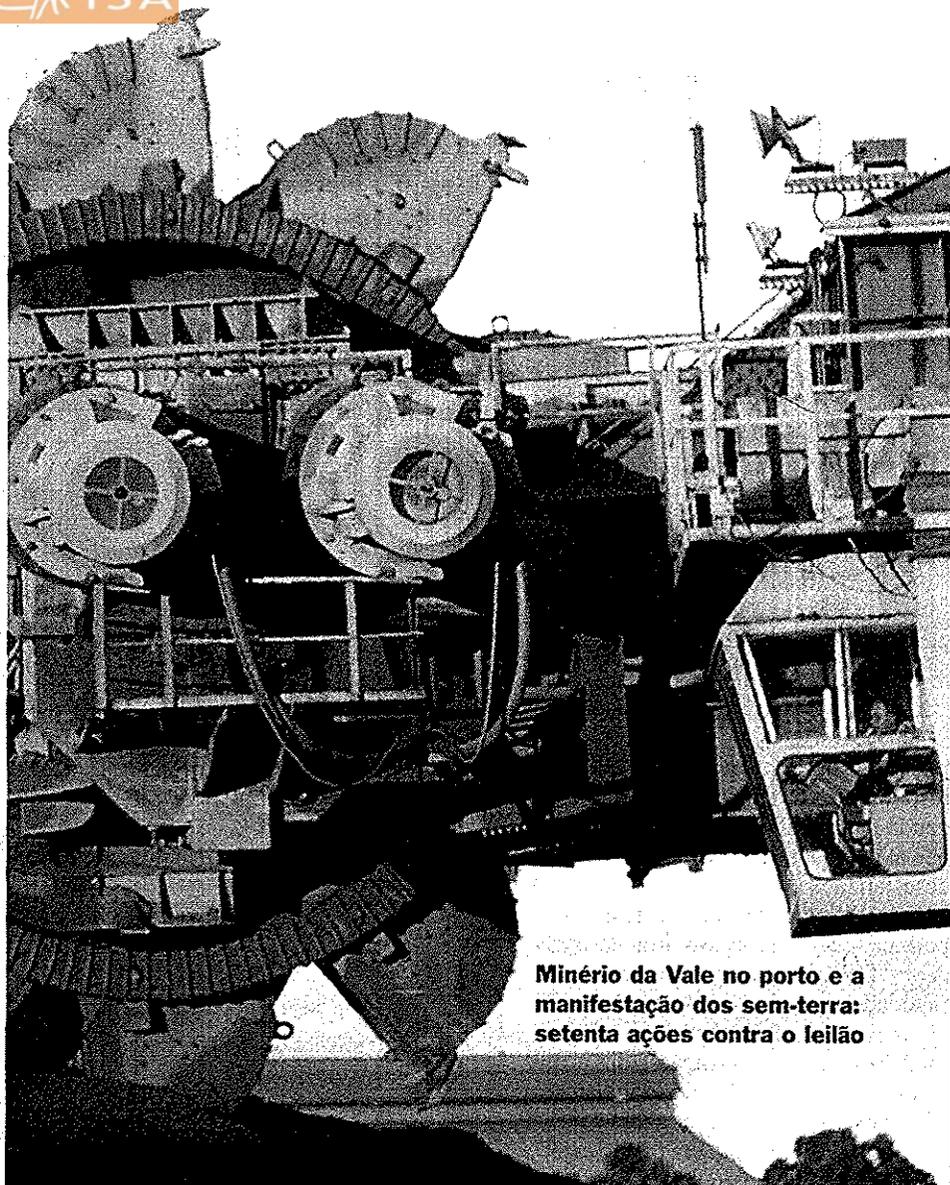
Controla ou é sócia de 58 empresas

Tem negócios nas áreas de mineração, siderurgia, alumínio, papel e celulose

É dona de duas ferrovias, nove portos e vinte navios

Tem 15 573 funcionários, um faturamento de 5 bilhões de reais e um lucro de 632 milhões

nistas, que desejam impedir a venda. A guerra mais interessante, no entanto, ocorre no domínio econômico. Vieram disputar a estatal gigantes estrangeiros como a Anglo American, a maior mineradora do mundo, a Nippon Steel, uma supersiderúrgica japonesa, e a



**Minério da Vale no porto e a manifestação dos sem-terra: setenta ações contra o leilão**

ROBSON DE FREITAS

americana Alcoa, líder mundial na fabricação de alumínio. Eles estão se aliando às maiores potências industriais do Brasil, como a Votorantim de Antonio Ermírio de Moraes, ou a CSN do empresário Benjamin Steinbruch, para dar seu lance no dia do leilão. A compra do controle da Vale do Rio Doce é uma oportunidade única. A estatal é um dos últimos grandes complexos industriais à venda no mundo.

**Relógio suíço** — O que ainda existe disponível para privatização são estatais nas áreas de energia e de telecomunicações. Nesse campo, há muitas oportunidades, inclusive nos países da América Latina, entre eles o Brasil. Mas a empresa que ficar fora do leilão da Vale não terá outra chance como essa em país nenhum. Dona ou sócia de 58 empresas, no ano passado a Vale faturou 5 bilhões de reais. Nenhuma outra empresa brasileira tem tantas ramificações decisivas. É a maior exportadora de minério de ferro do mundo, líder na produção de ouro da América Latina, explora manganês, bauxita e está para abrir uma grande mina de cobre no Pará. É sócia das principais siderúrgicas brasileiras, de fábricas de alumínio, de papel e celulose. E, sobretudo, a Vale dispõe de um inigualável sistema de logística de transporte, que é a verdadeira mina de ouro da companhia. Tem duas ferrovias, nove portos, um deles nos Estados Unidos, e vinte navios de carga. Sem um sistema cruzado como esse, seria impossível para a Vale tirar o minério do meio da selva amazônica e embarcá-lo rumo ao Japão — a um preço competitivo. Imaginar a Vale sem essa logística de transporte é como pensar na Souza Cruz ou na Coca-Cola sem suas fabulosas redes de distribuição.

Além de transportar o minério da estatal, a malha de trens, portos e navios da Vale movimentam cargas de outras empresas. Leva para o exterior o aço das siderúrgicas mineiras e, na viagem de volta, traz carvão para alimentar essas mesmas siderúrgicas. Carrega a soja exportada pelos agricultores do Centro-Oeste e do sul do Maranhão e traz peças importadas pela Fiat. Por suas ferrovias circulam a cerveja da Brahma, madeira, granito, cimento e o combustível que abastece as cidades do sul do Pará. E, obviamente, a Vale transporta o seu próprio minério, que na ferrovia de Carajás desliza a bordo



RICARDO STUCKERT

**Steinbruch: com a Vale, viraria o rei do aço e do minério**

do maior comboio de vagões do mundo. Ao todo, a Vale leva e busca produtos em trinta países de quatro continentes. Essa organização de entrega, que tem funcionamento de relógio suíço, é um dos pedaços mais cobiçados pelas empresas que estarão no leilão da próxima terça-feira. No ano passado, a Vale faturou 1,8 bilhão de reais com seus serviços de transporte. É quase o dobro da receita que a empresa tira da venda de minério de ferro e oito vezes mais do que ganha com o ouro de suas minas. Metade do lucro da companhia no ano passado veio do sistema de transporte. Um relatório do banco americano Goldman Sachs, que estudou as contas da Vale durante um ano para orientar seus investidores, aponta as ferrovias como o negócio mais lucrativo da estatal.

**Preço** — Dois dos principais focos de resistência à privatização giram em torno da fixação do preço e da própria necessidade de vender a companhia. Se a Vale é tão boa como dizem, perguntam muitos, então por que vendê-la? Na explicação do governo, os motivos são dois. Em primeiro lugar, faturar 5 bilhões de dólares com o leilão e com a venda posterior das ações que ainda continuarão em poder de Brasília. É uma fábula para um governo que está com o caixa raspado até o fundo. O outro motivo: a Vale, que tem qualidade, está sendo privatizada justamente para não perder essa vantagem. Mineração é um negócio arriscado. Aplica-se uma fortuna numa jazida e ela se revela ocasionalmente muito menor do que se imaginava, ou até inviável do ponto de vista econômico. Nesse caso, todo o investimento vai para o lixo. Atualmente, as principais mineradoras do mundo estão investindo em pesquisa três vezes mais do que a Vale.

“Estamos vendendo a empresa exatamente para manter os padrões de eficiência que ela alcançou. O dinheiro que falta ao governo para investir na companhia está disponível no setor privado”, diz Paulo Libergott, chefe do departa-



FREDERICO ROSÁRIO AG, O GLOBO

mento de desestatização do BNDES e responsável direto pelo processo de venda da estatal. Quando resolveu vender a Vale, dentro de seu programa de desestatização, o governo sabia que a grande dificuldade seria a resistência política que o processo iria desencadear. “Conseguimos contornar essa dificuldade em questões como a definição do preço e o estabelecimento de um modelo para a privatização”, diz o ministro Antonio Kandir, do Planejamento. “O que pode acontecer agora é o risco normal de qualquer privatização. Uma liminar em qualquer cidade pode adiar o leilão, mas dois ou três dias mais tarde retomaremos a venda.”

Quanto à fixação do preço, o BNDES contratou dois consórcios internacionais para definir o valor da companhia. Um deles chegou à cifra de 9,01 bilhões de reais, o outro sugeriu 10,05 bilhões. Por questão de segurança, o BNDES escolheu um valor maior, de 10,36 bilhões de reais, definido por ele próprio com base na cotação das ações da Vale nas bolsas de valores. Os consultores contratados pelo BNDES cotaram a estatal pelo que ela pode render nos próximos trinta anos, não pelo tamanho de seu patrimônio

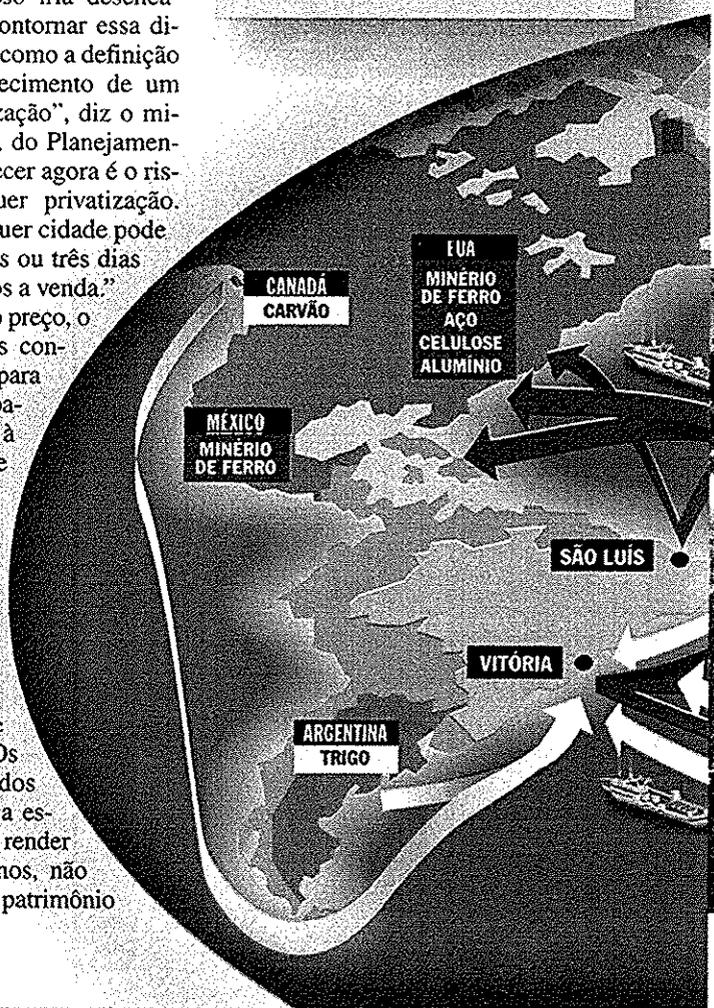
**O ouro da Vale**

A estatal lucra mais com seu sistema de transporte do que com mineração. No mapa do Brasil, as ferrovias da companhia e, no mapa do mundo, as rotas que fazem seus navios

**ESTRADA DE FERRO CARAJAS**  
A ferrovia transporta minério e manganês de Carajás e soja do sul do Maranhão para o porto de São Luís

**ESTRADA DE FERRO VITÓRIA—MINAS**  
O minério extraído de Itabira é exportado pelo porto de Vitória

**CORREDOR CENTRO—LESTE**  
A Vale é sócia da ferrovia que transporta grãos do Centro-Oeste, fertilizantes da Bahia, aço e carros de Minas Gerais



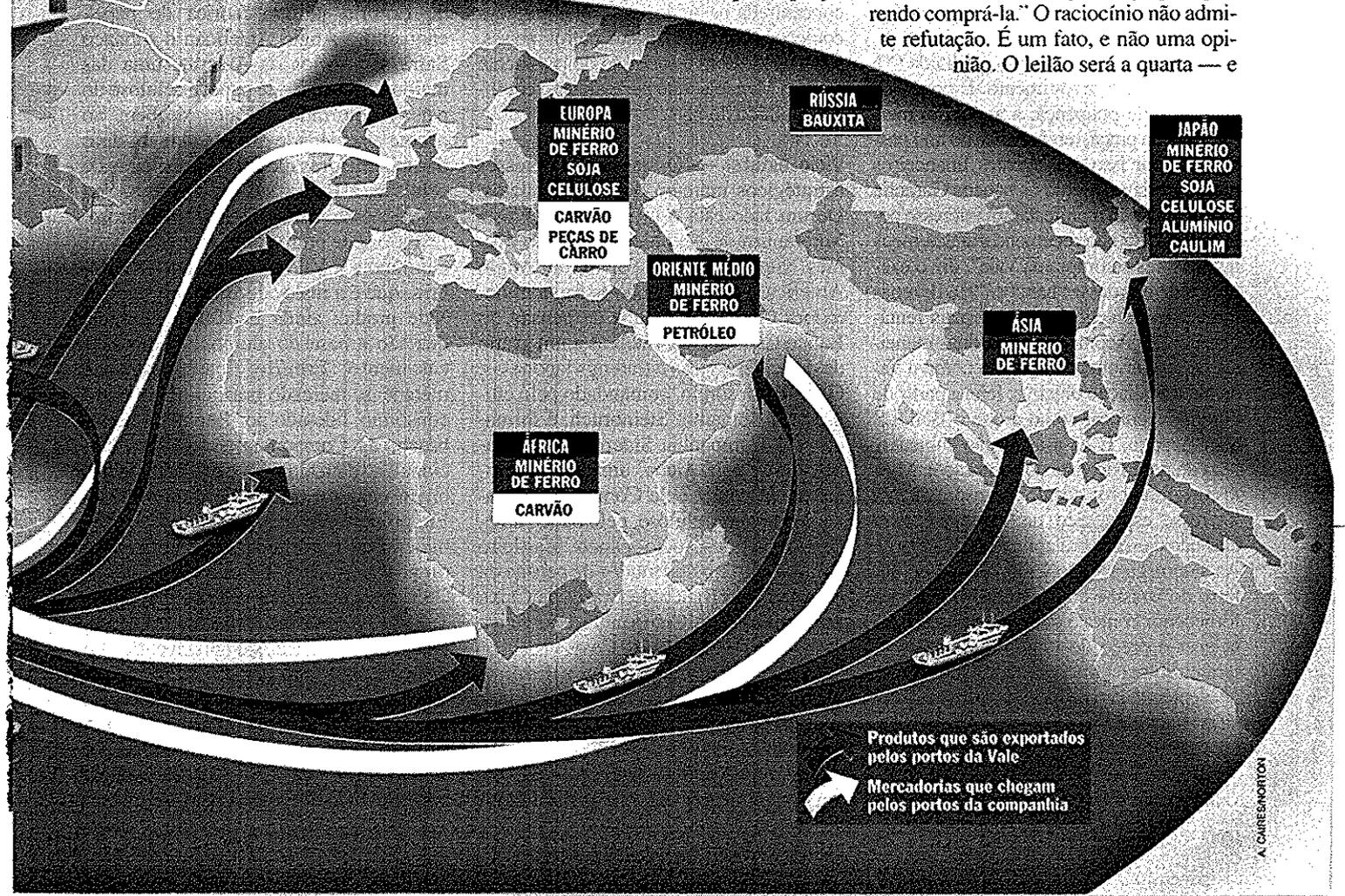


RAUL JUNIOR

**Antonio Ermírio: "A Vale não está subavaliada"**

mineral. Esse é o critério usado nas avaliações no mundo inteiro, pelo simples motivo de que além desse horizonte de trinta anos o risco de erro é enorme, para mais ou para menos. Alguns dos críticos da avaliação gostariam que o preço

da Vale fosse estipulado pela quantidade de minério que ela fornecerá durante os próximos séculos. Paciência. A bula da avaliação internacional não funciona desse jeito. "Quem diz que a Vale foi subavaliada está errado", afirma Antonio Ermírio, líder de um dos dois consórcios que disputarão a Vale. "Se estivesse subavaliada, haveria uns cinquenta grupos querendo comprá-la." O raciocínio não admite refutação. É um fato, e não uma opinião. O leilão será a quarta — e



A. CAIRES/SPORTON



definitiva — avaliação da Companhia Vale do Rio Doce.

A Vale dará um retorno médio de 9% ao ano sobre o investimento. É pouco. A caderneta de poupança, a aplicação mais modesta da praça, rendeu 16% no ano passado. É por isso que agentes financeiros mais agressivos, como os bancos Garantia ou Pactual, não manifestaram interesse pelo leilão. “Eu não recomendaria aos meus investidores a compra da Vale”, diz o executivo de um desses bancos. “Há dezenas e dezenas de negócios muito mais rentáveis por aí.” Acontece que há duas maneiras de avaliar uma companhia como a Vale. Há a avaliação objetiva, feita a partir de critérios técnicos, como a que o BNDES encomendou. E há a avaliação subjetiva, feita do ponto de vista do comprador. Muitos dos membros dos dois consórcios têm interesse estratégico na Vale, que para eles não é uma mera aplicação financeira. As siderúrgicas japonesas, que compram ferro do Brasil e da Austrália, usando um fornecedor contra o outro na hora de estabelecer o preço do minério, compareceram em bloco ao leilão para garantir que a Vale não caia nas mãos das mineradoras australianas. Se isso ocorresse, os japoneses ficariam agachados diante do fornecedor único. A Anglo American está motivada por uma precaução política. Muito

concentrada na África do Sul, a empresa começou a instalar-se em outros países, preocupada com a sucessão do presidente Nelson Mandela, que pode afetar o equilíbrio político do país.

**Vício estatal** — Os mesmos interesses estratégicos marcam outros candidatos. De um lado está o grupo liderado pela Votorantim de Antonio Ermírio de Moraes. Seus parceiros, além da Anglo American, serão o banco Safra, a mineradora Caemi, os fundos de pensão do Banco Central e da Telebrás e um grupo de dez siderúrgicas e tradings japonesas. O outro consórcio, comandado pelo empresário Benjamin Steinbruch, é formado pela Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, pela Alcoa, uma multinacional de alumínio, pela Companhia Suzano de Papel e Celulose, pelo banco americano Nations, pelo banco brasileiro Opportunity e pelos fundos de pensão da Petrobrás, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Companhia Energética do Estado de São Paulo, Cesp.

Se o grupo de Antonio Ermírio ganhar no leilão, além de receber o mar de minério da Vale, ele leva como bônus o domínio em dois outros importantes setores industriais brasileiros — alumínio e papel. Acontece que a Votorantim

de Ermírio já tem fábrica de papel, enquanto a Anglo American e o banco Safra são sócios da Aracruz, uma das maiores indústrias de papel e celulose do país. Adquirindo a Vale, recebem no pacote a sociedade que ela tem em duas das três maiores indústrias brasileiras de celulose, a Bahia Sul e a Cenibra. Seu poder nesse ramo ficará assombroso. Ermírio, por outro lado, tem fábrica de alumínio e a Vale também tem — a Albras, que é a maior do Brasil no setor. A Vale produz ainda bauxita e alumina, que são a base do alumínio. Com esse casamento, Ermírio ficaria dono de metade do mercado brasileiro. No outro consórcio, liderado por Benjamin Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional, a soma também é evidente. Steinbruch viraria o rei do aço e do minério. Em primeiro lugar, seria o fornecedor de minério de quase todas as grandes siderúrgicas brasileiras. E, sendo já o dono da CSN, teria assento na direção das usinas Tubarão, Açominas, Usiminas e Cosipa, todas sócias da Vale. Steinbruch entrou de corpo e alma na operação também em função de uma preocupação defensiva. Se o consórcio rival vencer, Antonio Ermírio terá assento no conselho de administração da CSN de Steinbruch, porque a Vale é acionista da siderúrgica.



**O alumínio da Vale e empresários do Japão com funcionários da empresa: os japoneses são os principais sócios da estatal**

protestou e a Vale, a única estatal capitalizada, teve de engolir a Petromisa à força, por pressão de Brasília. Colocou 50 milhões de dólares no abacaxi.

**Apreço argentário** — No Congresso, os interesses da corporação são defendidos por uma bancada formada por quarenta deputados e vinte senadores, entre os quais o ex-presidente José Sarney, os ex-governadores Jader Barbalho, do Pará, e Epitácio Cafeteira, do Maranhão, além dos políticos ligados ao ex-presidente Itamar Franco, outro que tem poder dentro da Vale. E o que ganham os políticos com isso? Muito. Segundo diretores da própria Vale, entre os campeões das indicações de apadrinhados para empregos na estatal figuram justamente Sarney e Itamar, além do ex-vice-presidente Aureliano Chaves, do ex-ministro Paulino Cícero e do ex-governador mineiro Newton Cardoso. Há mais. Por estatuto, a Vale está obrigada a repassar às cidades onde explora minério ou que são cortadas por suas ferrovias 8% do seu lucro líquido. Governadores, prefeitos e parlamentares cobiçam essa verba. No município mineiro de Itabira, berço da Vale, 72% da arrecadação da prefeitura sai dos cofres da estatal.

Quando era governador do Maranhão, em 1993, o senador Edison Lobão conseguiu que a Vale construísse duas estações de trem, uma em Açailândia e outra em Imperatriz. As estações não tinham nenhuma utilidade para a compa-

nhia, mas foram muito úteis para Lobão. Na eleição para o Senado, dois anos depois, metade dos eleitores de Imperatriz votou em Lobão. Em Açailândia, o índice foi de 70%. “No Maranhão, ninguém se elege falando mal da Vale”, diz o senador. A disputa mais recente ocorreu entre o governador do Pará, Almir Gabriel, e Roseana Sarney, do Maranhão. Os dois Estados queriam levar a construção de uma usina de beneficiamento de cobre, que na semana passada acabou ficando com o Pará.

Treze anos atrás, os mesmos Estados disputaram a construção da ferrovia que liga Carajás ao mar. Na época, o então ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, defendeu o Maranhão, em vez de batalhar pelo Pará, onde foi governador. Pagou caro por isso. “Sofro até hoje por essa decisão de apoiar o Maranhão. Em parte, perdi as últimas eleições para o governo do Pará por causa disso”, desabafa Passarinho. O governo sabe do apreço argentário que os políticos têm pela Vale. Para diminuir as resistências à privatização, decidiu investir parte do dinheiro arrecadado com a venda em obras de infra-estrutura e criou um outro fundo para atender aos municípios. Esse fundo, administrado pelo BNDES, terá 200 milhões de reais. Os políticos, portanto, nada têm a temer com a privatização. E, melhor que isso, a Vale privatizada não será mais obrigada a tomar providências anti-econômicas apenas para fazer um político sorrir.

Com reportagem de Altair Thury, Leonel Rocha e Ricardo Grinbaum

# O PAI DA VALE

## Eliezer Batista inventou a Vale do Rio Doce como uma associação entre o Brasil e o Japão

Raquel Almeida

Na década de 80, quando Carajás não passava de um morro cheio de minério no Pará e a credibilidade dos países da América Latina estava abalada pela crise da dívida externa, um sujeito sonhador e casmurro conseguiu com sua lábia convencer os japoneses a colocar uma montanha de dinheiro no meio da Floresta Amazônica. Não havia no sudeste do Pará sequer um dormente de ferrovia ou um porto para despachar o minério de ferro para o outro lado do mundo. Mas o negociador tinha bons argumentos e uma história de sucesso no currículo. Vinte anos antes, seus sonhos de exportação do minério de Minas Gerais para o Japão também tinham sido coisa de megalomaniaco — mas deu tudo certo. Esse homem de grandes sonhos se chama Eliezer Batista, tem 73 anos e é hoje o comandante da Rio Doce Internacional, uma subsidiária da Vale. Eliezer foi o pai da Companhia Vale do Rio

Doce. Deve-se a ele, em grande parte, a construção dessa megaempresa. Também é justo supor que a ele devam ser debitadas as distorções de uma administração que funciona como uma mãe para a corporação de funcionários e como uma madrasta na hora de pagar dividendos ao sócio controlador — o povo brasileiro representado pelo governo.

Vale e Eliezer são sinônimos. O mineiro da cidade de Nova Era pisou pela primeira vez em terras da companhia em 1949, quando era um jovem engenheiro e a Vale, uma empresa inexpressiva, tinha apenas sete anos de vida. Com o tempo, envolveu-se com a companhia e chegou a seu comando. Em certa época, sentia-se mais dono da Vale do que o próprio governo e também era percebido dessa forma pelos ministros que, em teoria, deveriam ser seus chefes. Agora, às vésperas da privatização da empresa, ele se colocou surpreendentemente na posição de crítico do modelo de venda adotado pelo BNDES. Eliezer nunca foi contra a privatização em si. Ao contrário, ele sempre disse que a tendência universal seria a redução do tamanho do Estado.



Acha que, cada vez mais, os governos devem afastar-se da produção e concentrar-se nas tarefas de educar, oferecer saúde gratuita, garantir justiça e segurança. A implicância de Eliezer é com a idéia de leiloar a Vale como um todo. Para ele, o melhor seria vender a em-

## A opinião dos críticos

*Como em todos os processos de privatização já ocorridos no Brasil, a venda da Companhia Vale do Rio Doce tem provocado polêmica. A seguir, os argumentos de algumas pessoas contrárias à venda da estatal. Entre elas estão um ex-presidente da República, um ex-ministro das Minas e Energia e um militar nacionalista.*

**ITAMAR FRANCO**  
Ex-presidente da República

“A proposta de venda da Vale não é questão meramente financeira ou gerencial como se pretende fazer crer. Trata-se de uma das mais graves e equivocadas decisões políticas das últimas décadas. Os responsáveis por essa desastrosa diretriz ignoram o que efetivamente representa o conceito de privatização não somente na sua essência, mas também no que diz respeito aos contornos institucionais e jurídicos que a questão comporta. Que interesse pode ter o país em abdicar de uma política que preserva um núcleo estratégico de produção,

saber e intervenção em mercados mundiais notoriamente oligopolizados? Se nós desconhecemos, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, a extensão do patrimônio mineral, como avaliar e vender o que não é mensurável no momento? A Vale é detentora de pesquisa e lavra numa área de 23 milhões de hectares, o que equivale ao tamanho da Grã-Bretanha. É uma megaempresa globalizada, domina o ciclo da produção e tem posição estratégica no mundo. É um dos poucos instrumentos de que dispomos para influir no mundo globalizado. A decisão do governo não é fundada na racionalidade eco-



CLAUDIO VERGIANI

**Eliezer: o sonhador dos projetos estratégicos, com sua gravata de crochê que chama de "gravanapo"**

resse em adquirir "pedaços" da Vale — a Cenibra, no caso da Aracruz, e a Aluvale, no caso da Alcoa —, mas não têm como entrar no páreo para comprar a Vale como um todo.

A resistência de Eliezer à forma como o processo de privatização estava sendo tocado chegou a ser exposta por ele mesmo algumas vezes. Em meados de janeiro, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou reportagem a respeito de descoberta de jazidas em Carajás, chegou-se a suspeitar no Palácio do Planalto de que teria sido Eliezer o remetente do explosivo relatório à imprensa, contou a VEJA um ministro tucano. O objetivo, conforme essa interpretação, seria tumultuar e atrasar o já atrasado cronograma de venda da estatal. Até porque Eliezer, segundo um de seus amigos íntimos, não vê com bons olhos nenhum dos dois candidatos já anunciados à compra da maior produtora de minério do mundo, os empresários Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, e Benjamin Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN. "Ele acha os dois controladores demais, muito egocêntricos. Na cabeça dele, isso pode prejudicar o andamento dos negócios da empresa de-

pois da privatização, ao atravancar as decisões", conta o amigo. Colaboradores mais chegados a Eliezer negam que ele tenha vazado o documento para *O Estado de S. Paulo*. "Ele não faria isso. Não é do feitio dele fazer as coisas desse jeito", afirmam.

**Delírio produtivo** — O mal-estar passou. Eliezer e o presidente Fernando Henrique Cardoso já lavaram a roupa suja em relação à venda da Vale. O encontro foi ainda em janeiro, quando FHC pediu a Eliezer que participasse da venda da estatal informalmente, auxiliando os grupos interessados. Trazê-lo para dentro do processo foi a forma encontrada pelo governo para amainar a fúria do pai da estatal. E Eliezer aquiesceu. Sua simpatia pelo presidente é de outros tempos. Foi Fernando Henrique, ainda como ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco, quem deu um empurrão no mais recente delírio produtivo de Eliezer Batista: a integração viária, econômica e de infra-estrutura dos países da América Latina. Esse sonho, se realizado, poderia atrair para a região, em investimentos, uma fortuna avaliada em 600 bilhões de dólares em dez anos, segundo as estimativas do seu idealizador. "Ele é um homem que pensa grande, macro. Que sonha, mas que não deixa as idéias morrerem no papel. Não sos-

presa pedaço a pedaço. Na sua opinião, o governo arrecadaria mais dinheiro assim. Seus opositores vêem outras motivações por trás da tese de esquarteramento da Vale. Segundo eles, Eliezer estaria dando uma mãozinha aos amigos da Aracruz e da Alcoa, que teriam inte-

nômica, nem no interesse da comunidade, nem no projeto estratégico da nação. No meu entendimento, ela serve para dar uma satisfação aos mercados externos. Pouco importa o custo histórico."

**MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES**  
Economista

"A privatização da Vale não se justifica. A empresa não tem problemas de caixa, não precisa de aporte de capital do governo há muito tempo, é rentável e está sendo entregue ao capital multinacional por muito pouco. A empresa foi subavaliada. Seu valor real é, no mínimo, de 14 bilhões de dólares. O pior é



OSCAR CABRAL



SERGIO DUTTI



ITAMAR FRANCO

**Itamar, Conceição e Frota: Vale é trunfo no mundo globalizado**

que quem tiver em mãos 800 milhões ficará com o controle da companhia. É um preço muito baixo. E, depois, quem vai fazer oposição ao dono da Vale, ao novo senhor feudal do Brasil?"

**IVAN FROTA**  
Brigadeiro da reserva

"O povo brasileiro não pode permitir que esse leilão se realize. Estamos caminhando para o que talvez seja a maior tragédia da História brasileira. Vender a Vale é vender um pedaço da soberania

nacional, porque ela é o único trunfo de que dispomos para conseguir alguma vantagem na arena do comércio internacional. O nosso trunfo é a Vale, a maior mineradora do mundo, que produz riquezas de que os países desenvolvidos precisam. Ela nos dá força. Não podemos permitir a sua venda."

**AURELIANO CHAVES**  
Ex-ministro das Minas e Energia

"Sou contra a venda do controle acionário da Vale porque ela é a única

sega enquanto não vê seus sonhos virarem realidade”, diz Elias Antunes, ex-presidente da subsidiária Rio Doce Asia e amigo de Eliezer há 35 anos. Esse traço de Eliezer pode ser comprovado em vários episódios em que se envolveu, mas talvez nenhum outro seja tão significativo quanto sua insistência em ter o Japão como o grande parceiro da estatal. Por motivos óbvios: o Japão precisava de uma fonte de matéria-prima alternativa à Austrália para suprir sua indústria siderúrgica. E podia investir a longo prazo num projeto de infraestrutura no Brasil para fazer o produto chegar ao outro lado do planeta.

Em 1961, o governo Jânio Quadros levou Eliezer à presidência da Companhia Vale do Rio Doce. Era tudo de que precisava para concretizar suas idéias a respeito da importância do Japão no futuro desenho da companhia. Para começar, mandou um emissário de sua confiança a Tóquio negociar o projeto de construção de um segundo terminal no Porto de Tubarão, no Espírito Santo. Foi pessoalmente ao Banco Interamericano do Desenvolvimento e ao Banco Mundial. Esses organismos internacionais olharam o projeto com desconfiança, mas os japoneses acreditaram na idéia e assinaram o primeiro contrato de compra de minério — por quinze anos — sem ter visto um naco do porto. “Os japoneses investiram muito na Vale e também nos forneceram tecnologia. Sem eles, a companhia não seria o que é hoje”, diz o economista Paulo Yokota, especialista em relações econômicas entre o Brasil e o Japão.

Em 1962, Eliezer estreou na política: acumulou a presidência da Vale com o comando do Ministério das Minas e

Energia do governo João Goulart. Com a saída de Jango, foi afastado dos dois cargos. Acabou acolhido na Minerações Brasileiras Reunidas, como diretor-presidente, e ali construiu a outra mineradora mais importante do país. Com o endurecimento do regime militar em 1968, teve um “exílio branco”: foi nomeado diretor da Itabira Eisenerz GMPH, com sede em Düsseldorf, Alemanha. Em 1974, quando a subsidiária teve as atividades encerradas, virou presidente da Rio Doce Europa, com sede em Bruxelas. Cinco anos mais tarde, voltou, pelas mãos do general João Figueiredo, à presidência da Vale.

**Disciplina rígida** — No governo Collor, Eliezer envolveu-se novamente com a política, quando virou secretário de Assuntos Estratégicos, cargo que nada acrescentou à sua biografia de administrador. O fato é que Eliezer sempre gostou de estar próximo ao poder. É uma de suas poucas vaidades. Não se importa com a maior parte das coisas que normalmente preocupam as pessoas no terreno das aparências. Não tem mais que cinco ternos no guarda-roupa, descumprindo todas as regras de boas combinações de camisa e paletó e vez por outra veste meias de cores diferentes. Não dispensa as botinas e adora uma surrada gravata de crochê que ele mesmo apelidou de “gravanapo”, porque a usa como guardanapo quando não tem outra coisa ao alcance da mão.

Eliezer veio de uma família simples. E leva até hoje uma vida simplória. “É comum chegar à casa deles à noite e encontrar ele e dona Juta jantando



na cozinha com os empregados”, conta a modelo e empresária Luma de Oliveira, que se casou com o segundo filho de Eliezer, Eike Batista. Eliezer conheceu a esposa, Juta Fuhrken, 66 anos, herdeira de um abastado banqueiro alemão, quando foi para a Alemanha fazer pós-graduação, depois de ter cursado engenharia numa universidade de Curitiba. Casados, vieram para o Brasil e a família cresceu. Foram sete filhos, seis ho-



NELO RODRIGUES



ORLANDO BRITO

**Aureliano e Dutra: preço muito baixo**

empresa com controle nacional que tem alta competitividade no mercado internacional. Além disso, tem funcionado como uma agência de desenvolvimento. Trata-se também da empresa que melhor conhece o nosso subsolo. Portanto, alienada, a Vale leva consigo parte substancial de nosso subsolo, particularmente do ecossistema amazônico e sua cobiçada biodiversidade. Além disso, o que representa o dinheiro que o governo vai arrecadar diante das dívidas do país? Essa questão não é respondida nem explicada pelo governo.”

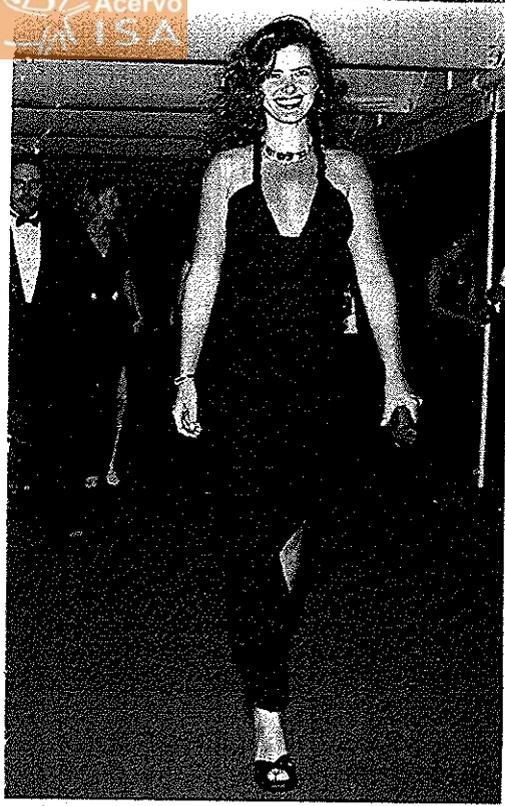
**JOSÉ EDUARDO DUTRA**  
Senador do PT por Sergipe

“A Vale não é o estereótipo de estatal que se criou no Brasil. Não é cabide de emprego, tem muita eficiência e dá lucro todo ano. Não provoca déficit público. Atua de forma competitiva no mercado globalizado antes mesmo do modismo da globalização. Ela é um dos poucos instrumentos de que o Brasil dispõe para alavancar investimentos externos e se inserir no processo de globalização mundial de forma competente. É um mau negócio vendê-la porque o dinheiro a ser arrecadado não

paga nem mesmo dois meses de juros da dívida interna brasileira.”

**ERNANDO UCHOA**  
Presidente da OAB

“Nada justifica a privatização de uma empresa eficiente, rentável, que dá lucro e prosperidade ao país como a Vale do Rio Doce. Ela pertence ao povo brasileiro e não pode ser vendida para cobrir rombos de caixa ou pagar parte da dívida pública. Além disso, o



SERGIO DUVTI

### O filho Eike com a mulher, Luma de Oliveira: o herdeiro ficou multimilionário

para investir numa área que reconhecidamente exige capital. Como ele fez? Eike Batista não admite em hipótese alguma que o nome de Eliezer tenha dado qualquer empurrão em seus negócios minerários. Mas foi com a ajuda de alguns velhos amigos do pai que Eike colheu muitos de seus milhões. Os amigos também ganharam muito com a associação. É incrível, mas o jovem minerador, hoje com empresas em outras áreas, acumulou um patrimônio que chegou a ser avaliado por ele mesmo em 400 milhões de dólares.

**Babel de papéis** — Um desses amigos foi o falecido empresário Octávio Lacombe, na época presidente da Paranapanema, uma das empresas líderes no setor de mineração no Brasil. O velho Lacombe, raposa da mineração, aceitou Eike como sócio, provavelmente pela simpatia do rapaz. Foi com a ajuda da Paranapanema que Eike conseguiu explorar a mina Novo Planeta, em Alta Floresta, Mato Grosso. Comprada em 1981, a mina foi a primeira lavra de ouro mecanizada do Brasil e sua produção simplesmente quintuplicou depois da associação com a Paranapanema. O negócio foi tão bom que Eike acabou vendendo a outra metade da mina a Lacombe. Outros dois amigos de Eliezer que acabaram sócios de Eike foram Antônio Dias Leite Júnior e Olavo Monteiro de Carvalho. A sociedade, nesse caso, ocorreu na mina de Novo Astro, no Amapá. Da

relação com Antônio Dias Leite Júnior, ex-ministro das Minas e Energia, surgiu outro bom negócio para Eike: a sociedade com o filho dele, Antônio Dias Leite Neto, hoje arquiinimigo de Eike depois de uma disputa judicial que rendeu ao filho de Eliezer uma indenização de 20 milhões de dólares.

Eliezer tem uma rotina estóica. Levanta-se sempre às 5 horas da manhã e gosta de marcar as reuniões mais importantes antes de o sol raiar. "Para falar com ele, eu tinha de madrugar na casa dele. Era sempre às 6 horas, 6h30. A gente caindo pelas tabelas de sono e ele ligado", conta Amélia Lacombe, irmã do falecido dono da mineradora Paranapanema, que na década de 70 tocou com Eliezer uma faculdade em Jacarepaguá, refúgio de escorraçados das universidades públicas pelo regime militar. Esses encontros e as centenas de telefonemas que recebe diariamente são registrados numa enorme agenda, com o nome do interlocutor, o telefone, o assunto tratado e o tempo gasto no encontro. Quando viaja, Eliezer costuma levar, além do relógio no pulso, um outro na canela com o horário do Brasil. É uma forma de se programar para não perder a hora de ligar para os brasileiros e também de controlar, de maneira discreta, o tempo gasto com cada interlocutor. Tudo isso pode dar a idéia de uma pessoa muito organizada. Puro engano. O dono da agenda minuciosa vive perdendo passaportes e passagens durante suas viagens e transforma sua mesa de trabalho numa babel de papéis. Ali, como em qualquer outro lugar, Eliezer vive meio desligado do mundo material que o cerca. Está sempre noutra dimensão, ruminando seus "projetos estratégicos". No da Vale, ele acertou na mosca.

mens e uma única mulher. A disciplina em casa sempre foi rígida. Os filhos não chamam Eliezer de pai, mas de "chefe" ou "cacique".

Entre os sete filhos, o que mais herdou o perfil empreendedor do pai foi Eike, hoje com 40 anos. Quando veio da Alemanha para o Brasil, já formado em engenharia de metalurgia, resolveu entrar no ramo de mineração, mais precisamente de ouro. Não tinha dinheiro



ANA ARAUJO



PAULO JARES

### Uchoa e Pinguelli Rosa: venda às pressas

processo de privatização fere a Constituição. A Constituição exige lei para criar uma empresa pública e, com muito mais razão, a dissolução, extinção ou alienação de uma estatal só pode ser feita por meio de outra lei. Daí a ação direta de inconstitucionalidade impetrada pela OAB junto ao Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de impedir a consumação dessa inominável ofensa ao patrimônio da nação."

processo de privatização da Vale do Rio Doce é que o governo quer vendê-la rápido, a qualquer custo. Acabou cometendo uma série de erros. Comparando algumas minas avaliadas pelo consórcio da Merrill Lynch, constatamos que houve subavaliação. Além disso, foram incluídas no pacote reservas de potencial ainda desconhecido, mas que tudo indica serem riquíssimas. Se o governo não sabe o que existe nessas áreas, e portanto não consegue lhes atribuir um

### LUIZ PINGUELLI ROSA

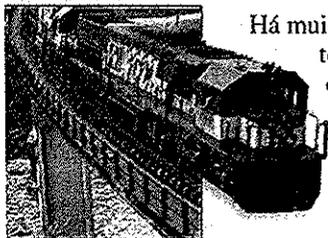
Físico, diretor na UFRJ

valor, então é mais sensato que não venda a empresa agora. É melhor esperar, descobrir exatamente o que há nessas reservas, chegar a um preço justo, e aí sim fazer a privatização. Do jeito que fizeram, é como se colocassem um apartamento de três quartos à venda pelo preço de um quarto e sala. O governo prestaria melhor serviço ao país se aceitasse discutir a privatização da Vale também com os que são contra. Seria muito mais decente. O que eles estão propondo é uma operação suja, sem ética que sequer respeita a lei."

# VENDA POLÊMICA

**Entenda o que está sendo discutido sobre a privatização da Vale**

David Friedlander



Há muitas dúvidas a respeito da conveniência de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Com base nessas questões, pouco explicadas, grupos que se opõem à venda da companhia, como os sem-terra, a Ordem dos Advogados do Brasil e alguns partidos políticos, têm promovido manifestações barulhentas (veja as fotos que ilustram estas duas páginas). A seguir, as principais dúvidas e suas respostas.

**■ Por que vender a Vale, se ela é uma empresa lucrativa?**

Porque sua capacidade de crescer ficará comprometida enquanto seu dono for o governo. A mineração, a principal atividade da companhia, exige volume de investimento alto e constante, que o governo não tem mais condições de fazer. Com o correr do tempo, o Estado teve de vender parte de sua participação na Vale para fazer investimentos. Hoje possui apenas 51% da companhia e chegou ao seu limite. Sem recursos para crescer, a empresa corre o risco de apanhar dos concorrentes. Atualmente, eles já investem de três a quatro vezes mais do que a Vale apenas em pesquisas. Além disso, a Vale enfrenta uma série de restrições por ser estatal, como a obrigação de fazer licitação para compra de equipamentos ou a falta de autonomia para decidir sobre seus inves-

timentos. Existe também a questão política. A privatização da Vale do Rio Doce faz parte de um programa de governo, que não quer mais fazer o papel de produtor de bens e serviços.

**■ A Vale não é um bom negócio para o governo?**

Desde que a Vale foi criada, o governo colocou 1,2 bilhão de dólares na empresa e recebeu de volta 1,3 bilhão em dividendos. Ou seja, em 43 anos o governo lucrou apenas 100 milhões de dólares como sócio da Vale. No ano passado, a Vale rendeu para a União 2,5%, menos do que a taxa paga pela caderneta de poupança. Já para seus funcionários, a Vale rende muito mais. De 1991 a 1995, os empregados receberam da companhia 958 milhões de reais entre participação nos lucros e contribuições para seus fundos de pensão. Enquanto isso, os dividendos pagos no período ao sócio principal, o governo, ficaram em um terço dessa quantia, 338 milhões.

**■ O preço que o governo está cobrando é justo?**

Foram feitas duas avaliações que deram



resultados parecidos. Só que o governo usou esses resultados apenas como referência e recorreu a uma terceira avaliação, com base na cotação dos papéis da Vale nas bolsas de valores. Com isso, acabou optando por um preço maior do que o sugerido pelas empresas de consultoria. Na verdade, haverá ainda uma



FOTOS: GLAUCIO DE ITAMARCOBRE/BRASILENSE

quarta avaliação, que é a dos candidatos que vão disputar o leilão.

**■ O preço da empresa não deveria basear-se no valor do seu patrimônio?**

As empresas são avaliadas pelo que elas podem render no futuro, não pelo que construíram no passado. Os consultores contratados pelo BNDES cotaram a estatal pelo que ela pode render nos próximos trinta anos. É um critério aceito internacionalmente, pelo simples motivo de que além desse horizonte o risco de erro é enorme, para mais ou para menos.

**■ Se a Vale foi avaliada pelo que renderá em trinta anos, as suas reservas de ferro de 400 anos não estão sendo dadas de mão beijada?**

Tecnicamente, não é razoável levar em consideração um prazo tão longo na avaliação de nenhum negócio. No caso particular do minério de ferro, há dois fatores principais de incerteza. O ferro é abundante no mundo e existe em vários países. Por isso, novas minas abertas no futuro aumentariam a oferta e reduziriam seu valor. Atualmente, explorar novas jazidas de ferro é um negócio que não compensa, mas ninguém sabe o que pode acontecer daqui a 200 anos. Além disso, o ferro vem sendo substituído por outros materiais, e isso pode reduzir o consumo do minério no mundo.

**■ Com a venda da Vale o governo não estará entregando de graça riquezas minerais que nem conhece?**

O BNDES criou dois mecanismos para ter receita com futuras descobertas. Assi-

nou um contrato de risco com a Vale, para pesquisar uma área de 400 000 hectares na região de Carajás. São lugares que prometem, mas de potencial ainda desconhecido. Tudo o que for descoberto nessa área será dividido meio a meio com o governo. É o mesmo que acontece hoje, porque a União tem 51% da estatal. Nisso, portanto, nada mudará. Além do que, nas futuras descobertas realizadas em lugares que hoje ninguém imagina promissores, o governo será remunerado por meio de debêntures. Essa remuneração vai de 2,5% do faturamento líquido na exploração de ouro e cobre a 1% no caso de outros minerais.

■ **Em vez de vender a Vale inteira, não seria melhor separar as áreas de potencial ainda desconhecido, pesquisá-las, descobrir seu valor e só então levá-las a leilão?**

Esse é um dos pontos que mais incomodam aqueles que se colocam contra a privatização da companhia. Talvez fosse o ideal, mas existe um problema operacional que não dá para contornar. Para descobrir o potencial das áreas ainda desconhecidas é preciso investir muito dinheiro, e o governo não tem recursos para tanto. Além disso, mineração é uma área de alto risco. Todo o dinheiro aplicado em pesquisa pode ir para o lixo se a jazida não for tudo aquilo que se imaginava ou se o custo de exploração da mina não compensar o projeto. O governo acha melhor deixar que o próximo dono da Vale corra esse risco. Se for bem-sucedido, vai entregar parte do lucro à União.

■ **A privatização da Vale representa uma ameaça à soberania nacional?**

Quem vai mudar de dono é a Companhia Vale do Rio Doce, e não as riquezas do subsolo brasileiro. Estas pertencem e continuarão pertencendo à União, ao contrário do que vem sendo repetido por aqueles que são contra a venda da empresa. A Vale, como qualquer outra mineradora em atividade no Brasil, opera por concessão do governo. Isso significa que a venda da Vale não privatiza o subsolo do país. Se no futuro as ações do próximo dono da companhia entrarem em conflito com os interesses do país, o governo pode cancelar as concessões que deu.

■ **Vender a Vale não significa entregar informações estratégicas sobre os**

**recursos minerais da Amazônia a capitais privados?**

Como o subsolo pertence à União — e não à Vale ou a qualquer outra mineradora —, esse perigo não existe. Além disso, a Vale não tem informações sobre a Amazônia que sejam desconhecidas do governo. Pelo menos não deveria. Toda empresa autorizada a pesquisar ou explorar o subsolo é também obrigada a informar suas descobertas ao Departamento Nacional de Produção Mineral, o DNPM.

■ **A Vale vai deixar de investir em tecnologia?**

Essa é outra questão que preocupa muito os opositores da privatização. Alega-se que os investimentos da Vale em tecnologia podem acabar com a chegada de um dono privado. Isso só aconteceria se o próximo dono da empresa quisesse deliberadamente perder dinheiro. O desenvolvimento tecnológico da companhia tem o objetivo de reduzir custos, para aumentar o lucro. É



difícil imaginar que o consórcio que comprar a Vale não se interesse por isso.

■ **Os investimentos sociais da companhia deixarão de existir?**

Atualmente, 8% do lucro da Vale é destinado a investimentos sociais nos municípios em que a empresa tem operações. Com a privatização, essa tarefa será exercida pelo BNDES. O banco vai criar um fundo de 200 milhões de reais com recursos próprios e uma doação que o próximo dono da Vale irá fazer. Uma parte desse dinheiro será doada e a maior parcela será destinada a empréstimos. À medida que os recursos forem retornando serão reempréstados.

■ **Pode haver corte de pessoal depois da privatização?**

Pode. Apesar de ser mais enxuta do que a maioria das empresas estatais, em algumas áreas a Vale tem gente que deve perder o emprego. De acordo com analistas que estudaram a empresa, esse contingente é bem menor do que havia nas estatais privatizadas anteriormente. A própria Vale, sob gestão estatal, já vem cortando pessoal há algum tempo. Nos últimos sete anos, ela reduziu seu quadro de 21 826 para 15 573 empregados.

■ **Os 5 bilhões de dólares que o governo espera arrecadar (preço mínimo) não são insignificantes diante do tamanho da dívida da União?**

O governo diz que não está vendendo a Vale apenas para quitar dívidas, mas também para arrumar um controlador que tenha dinheiro para investir na companhia. Mesmo levando em conta apenas o lado financeiro, a vantagem não é pequena. O governo calcula que, usando os recursos arrecadados no leilão, vai economizar cerca de 750 milhões de reais por ano no pagamento de juros. É quase seis vezes mais do que os 127,5 milhões de reais que a companhia pagou em dividendos ao governo no ano passado.

■ **A Vale poderá ser desmembrada após a privatização?**

Sim. Apenas o sistema de produção, venda e transporte de minério de ferro não poderá ser vendido. Esse sistema é integrado pelas minas, pelas ferrovias e pelos portos. As outras áreas de negócio, como a produção de celulose, poderão ser passadas para a frente. Para isso, o próximo dono da Vale deverá ter a aprovação dos sócios minoritários.

# O MAPA DA MINA

**Rico na teoria e pobre na prática, o Brasil continua tateando seu solo atrás de riquezas**

Angelica Santa Cruz



Foi uma das primeiras cenas brasileiras. Num sexta-feira ensolarada, dia 24 de abril, Pedro Álvares Cabral resolveu receber em sua nau um grupo de índios que andavam ali pela praia de Porto Seguro. Colocou um colar de ouro no pescoço, estendeu um tapete, sentou numa cadeira e ordenou que trouxessem os nativos. Os índios entraram, pelados, e não cumprimentaram ninguém. Ficou todo mundo ali, naquele constrangimento, até que um deles apontou para o colar do capitão e depois para a terra. Indicou também um castiçal de prata e, de novo, a terra. Em seguida, repetiu o gesto com um papagaio, estirou-se no chão e tirou uma soneca. Ora, deduziram os portugueses, o índio quer dizer que há ouro, prata e até papagaios na nova terra. Estranhíssima, a mímica foi relatada na carta em que Pero Vaz de Caminha comunica o descobrimento do

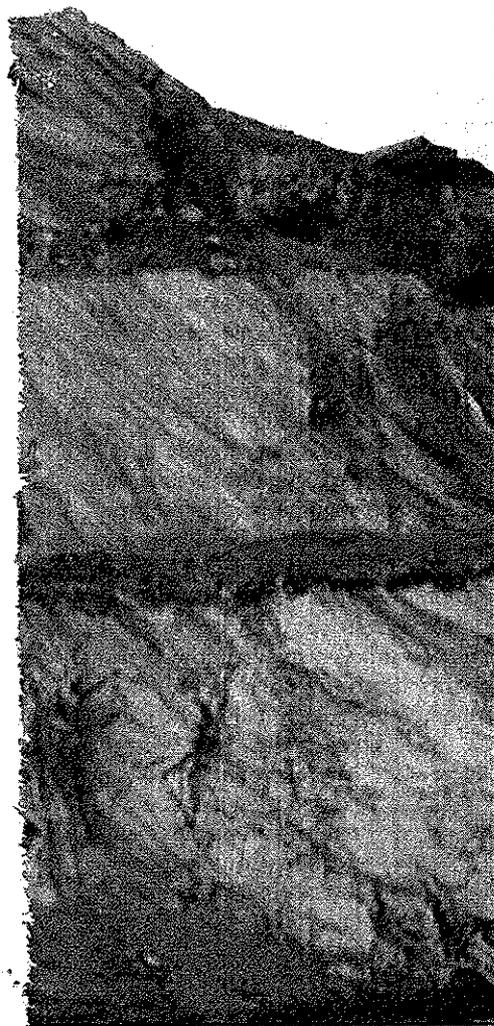
Brasil a dom Manuel. Há quem a interprete como um prenúncio do mito que se criaria em torno das riquezas minerais privilegiadas do país.

Entre o diálogo e a privatização da Vale do Rio Doce, a maior mineradora brasileira, o país teve 60% de seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão rasgados por bandeirantes. Feios, sujos e malvados, eles varavam os sertões atrás do ouro relatado pelos índios — e à caça dos próprios índios. Nesses 500 anos, o Brasil também produziu fenômenos como as minas de ouro do Senhor do Bom Jesus, que em 1722 atraiu para Cuiabá quase metade da população de São Paulo. Houve a fase em que 2,4 milhões de quilates de diamantes foram peneirados nas Minas Gerais do século XVIII. Nos últimos trinta anos, o Brasil descobriu Serra Pelada, onde mais de 30 000 homens reviraram a terra, e a província de Carajás, de onde escoam toneladas de minério de ferro, manganês e ouro. Por causa desses lugares e de muitos outros

menos espetaculares, fortaleceu-se a fábula de que o Brasil tem um subsolo privilegiado. A verdade é que o país conhece muito pouco sobre o que está escondido debaixo da terra.

Apenas 30% do território brasileiro tem um nível satisfatório de pesquisas. O pouco que se conhece foi descoberto por acaso. E, com exceção da Vale do Rio Doce e de algumas outras grandes empresas mineradoras, não há controle sobre o quanto se produz e para onde vão os minérios explorados. "O mito do Eldorado não foi confirmado, mas também não foi desmentido", diz o geólogo Mário Farina, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, um dos homens que mais sabem do pouco que se conhece do solo do país. No final das contas, descobrem-se minérios no Brasil da mesma forma que o faziam os bandeirantes: por acaso.

Carajás foi encontrada em 1967. O geólogo Breno Augusto dos Santos sobrevoava o sul do Pará atrás de calcário para uma empresa americana, a Meri-



**Tecnologia em Carajás (à esq.) e método artesanal no garimpo de Tapajós: a exceção e a regra**

mundiais de pedras coradas. Mas isso é mais ou menos dizer, como no *Hino Nacional*, que nossos campos têm mais flores, nossos bosques têm mais vida — apenas um versinho romântico. Em mineração, o que vale não é apenas ter um solo potencialmente rico. O país também precisa ser capaz de explorar sua riqueza. E o Brasil tem dificuldade de transformar seu minério em dinheiro. Todo o ouro tirado no Brasil não chega a 12% da produção da África do Sul. No caso das pedras preciosas, o Brasil perde feio até para a Tailândia e a Nigéria, que compram o produto aqui para revender. Na ponta do lápis, exportamos 200 milhões de dólares anuais em gemas e artefatos. A Tailândia exporta 2 bilhões. Em 1995, a mineração representou 2% do PIB brasileiro. Na África do Sul, representou 10,6%, na Austrália, 5%. Mais importante, a mineração nunca transformou o Brasil num país rico, não levou desenvolvimento sequer para as áreas de garimpo. Apenas para pagar a dívida externa, o Brasil teria de encontrar 110 minas como Serra Pelada, e controlar cada centavo que saísse dali.

O pouco rendimento com mineração é mais um problema que pode ser atribuído ao atraso brasileiro. Sabe-se o quanto a mineração de um país é desenvolvida pelas camadas geológicas que ele explora. Menos de 20% da produção brasileira vem de minas subterrâneas. Nos Estados

Unidos, 68% da produção de 330 toneladas anuais de ouro vêm de túneis. Na África do Sul, o índice é de 72%. Ali, fez-se um investimento pesado em mineração, até porque o país não tem mesmo outras grandes fontes de riqueza. No Brasil, o solo é cavado longe dos olhos do governo. Nos escritórios do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, tenta-se enquadrar esse mundo na base do “estima-se”. Estima-se, por exemplo, que o garimpo seja responsável por 94% da produção do diamante e 44% do ouro. Também se imagina que a maioria das substâncias minerais, como gemas, quartzo, mica, feldspato e cassiterita, é produzida nos garimpos. O Serviço Geológico do Brasil informa que existem 3 780 garimpos, que empregam mais de 400 000 trabalhadores. Qual seria, por exemplo, a produção de esmeraldas nas cerca de cinquenta frentes de exploração espalhadas por Goiás? “Não tenho a mínima idéia”, responde sinceramente Valdejon Estrela, chefe do DNPM da região.

**Cidade de túneis** — A 104 quilômetros do escritório de Estrela estão as minas de Campos Verdes. O município tem 502 000 metros quadrados de área. Mas há uma cidade ainda maior embaixo da terra. São pelo menos 600 000 metros de extensão de túneis cavados embaixo dela, por onde circulariam Fuscas com uma certa folga. Em certas épocas do ano, pelo menos metade da população da cidade passa o dia sob a terra, pegando a pedra onde se acha a esmeralda — o xisto. Cava-se aleatoriamente. As esmeraldas encontradas são vendidas em mesas espalhadas pelas ruas da cidade. É um comércio desordenado. “Não tenho como controlar”, diz Moacir de Oliveira, fiscal da Receita Federal na região. A única grande empresa das redondezas, a Itaubi, tira esmeraldas de seu poço com 300 metros de profundidade e as manda embora de jatinho. Oliveira cobra imposto sobre o xisto que a empresa declara ter tirado.

No nordeste de Minas Gerais, produzem-se águas-marinhas, topázios e olhos-de-gato, uma pedra amarelada. Nos garimpos da região a produção é cada vez menor. Até 1991, 65% da população do local vivia dessa produção. No ano passado, o percentual caiu para 32%, e o desemprego é galopante. As pedras estão

dional. O helicóptero sofreu uma pane e teve de fazer um pouso forçado. Breno desceu e viu uma areia acinzentada. Era a maior reserva de minério de ferro do mundo. A mina de esmeraldas de Campos Verdes, em Goiás, entrou no mapa em 1980. Durante a abertura de uma estrada vicinal, o sujeito que operava a máquina notou algumas pedrinhas verdes na areia. Como na história infantil, as pedrinhas eram o sinal. Havia um mundo de outras escondido naquele lugar. Nem mesmo o quadrilátero de ferro, em Minas Gerais, considerado a área mais conhecida do país, escapou dessa sina. A mina de esmeraldas de Nova Era foi descoberta por ali em 1987 porque alguém viu as tais pedrinhas verdes num chiqueiro de porcos.

O perfil mineral do Brasil costuma provocar ufanismo. Além de ter a maior mina de minério de ferro do mundo, o Brasil é o oitavo maior produtor de ouro, tem 88% das reservas de nióbio e a maior mina de esmeraldas, em Goiás. Aqui estão ainda 60% das reservas

cada vez mais raras, porque mais no fundo. Ainda assim, as pessoas cavam. Nos barrancos avermelhados do vilarejo de Manilha, Anésio de Souza, 63 anos, já cavou mais de vinte túneis atrás de olhos-de-gato. Em um deles, notou que estava prestes a furar o chão do Posto de Saúde de Catuji, a cidade mais próxima, e deu meia-volta. Seu maior achado foi uma pedra de 1,20 metro que rendeu 30 000 reais. "Para ficar rico, tinha de achar, vamos dizer, duas dessas por mês. Achei uma na vida", conta. Por ali também não há controle sobre o que se produz.

**Jeca Tatu** — Como em todas as áreas da economia, a mineração passa por ciclos. Cada época com sua mania. No século XVIII, a menina dos olhos da mineração brasileira eram os diamantes produzidos em Minas Gerais. Hoje, em Diamantina, garimpeiros peneiram as mesmas beiras de rios onde os escravos trabalhavam, na esperança de encontrar alguma pedra que passou despercebida à época. De 1931, quando se furou o primeiro poço no país, até 1953, quando Getúlio Vargas fundou a Petrobrás, o assunto era petróleo. Era por ele que Monteiro Lobato, dezessete anos depois de inventar o Jeca Tatu, esgoelava-se em manifestos como o "Escândalo do petróleo", em que defendia o direito dos brasileiros ao controle do "ouro negro". No regime militar, prosseguiu a sanha pelo petróleo, mas apareceu o culto aos minerais radioativos, tidos como estratégicos por causa da Guerra Fria. O tema foi esquecido com a queda do Muro de Berlim. E hoje, qual é a bola da vez? Por incrível que pareça, a mesma da turma de Pero Vaz de Caminha. É o ouro.

A crise do petróleo deixou uma lição para o mundo: o ouro é lastro. É em barras de ouro que os países fazem suas reser-

**Teimosia em Diamantina: procura em áreas já peneiradas por escravos**

vas. Além do mais, o mercado mundial anda querendo reassumir seu amor histórico pelo ouro como investimento, que andava esquecido. Diante dessa perspectiva, o Brasil também tende a olhar suas pepitas com maior carinho. O governo pretende investir 600 milhões de dólares por ano em pesquisas minerais. Metade vai para o ouro. Já se sabe que há ouro em pelo menos 12% do território nacional. A maior mina do Brasil é a Igarapé Bahia, em Carajás, tocada pela Vale do Rio Doce. Emprega 800 pessoas e é operada 24 horas por dia. Produção anual: 10 000 quilos. A mina da Vale é a parte tecnológica, controlada, da produção de ouro no país. O outro lado, menos civilizado, está em grande parte ali mesmo no Pará. Trata-se da região aurífera do Rio Tapajós, o maior garimpo de ouro do país, com 90 000 quilômetros quadrados, entrando por Pará e Amazonas. Em plena selva amazônica.

Tapajós já produziu 2 toneladas de

ouro por mês. Hoje, a produção caiu para um quarto do que era. No garimpo do Marupá, por exemplo, dezenove homens removem toneladas de terra com os mesmos métodos usados pelos bandeirantes. No final do dia, tiram 94 gramas de ouro. Já tiraram 500. "Não temos tecnologia para ir abaixo dos 40 metros de profundidade", diz Raimundo Sebastião Rodrigues, dono do garimpo. Para colocar uma sonda no chão — que serve apenas para saber se há ouro no solo — gastam-se 150 dólares por metro. No meio da mata amazônica, decidir onde jogar uma sonda e explorar é uma jogada de alto risco. Coisa para grandes mineradoras, que, em sua maioria, são estrangeiras. Durante muito tempo, o Brasil restringiu a ação de mineradoras estrangeiras. Ficou com os métodos dos bandeirantes.

Mas a restrição caiu e é cada vez mais comum ver sujeitos com o rosto coberto de filtro solar descendo de monomotores estacionados em garimpos. São representantes das gigantes internacionais.

No ano passado, 24 delas estiveram no Tapajós. Quatro ficaram. Como a área está loteada entre garimpeiros, já se repete por ali a palavra "parceria". Os donos de garimpo alugam um pedaço de suas terras para que empresas façam sondagens. O ouro é de quem achar primeiro. "As empresas tinham medo de investir no Brasil, sobretudo por causa da tensão social das áreas de garimpo. Agora os dois convivem em paz", diz o geólogo australiano Ross Buckland, que presta assessoria a empresas estrangeiras interessadas em investir na área amazônica. Nas regiões em que os estrangeiros já estão pesquisando, é possível ver, ao lado de homens arrastando carrinhos, sondas que serão montadas para perfurar o solo até uma profundidade de 500 metros. Para a mineração brasileira, a simples presença de tecnologia — mesmo como contraste — já é um avanço. ■

